

Espelhos Fiéis

Durante uma reunião com empresários em São Paulo o presidente Fernando Henrique Cardoso, talvez em tom de desabafo, disse que só Deus sabe quanto lhe custou empurrar algumas das reformas estruturais indispensáveis à consolidação do plano Real.

Reformas estruturais nunca passam facilmente em regimes democráticos. O que pode torná-las um calvário é a qualidade política da malha partidária que sustenta as Câmaras alta e baixa dos parlamentos em diferentes regimes.

Tomem-se dois casos distintos: o Congresso dos Estados Unidos e o Parlamento Europeu, sediado em Luxemburgo. Os norte-americanos chegaram à beira de uma crise muito séria quando o déficit público ameaçou fugir ao controle, levando de roldão, no médio-longo prazo, a própria estabilidade do dólar.

Ora, nenhum sistema político é mais competitivo e mutuamente feroz entre detentores de mandatos eletivos que o norte-americano. Veja-se o caso Lewinsky. No entanto, uma lei votada em regime de cooperação bipartidária, a Gramm-Rudman, permitiu que Democratas e Republicanos na Câmara dos Deputados, no Senado e no Oval Office chegassem a um acordo para uma redução gradual e escalonada do déficit público. A lei está sendo cumprida. É por isso que o dólar se fortaleceu, e nem mesmo um escândalo sexual com megaproporções afetando o presidente consegue sequer arranhar a credibilidade da política monetária coordenada pelo Federal Reserve System. Ou levar o Escritório de Gerência do Orçamento (OMB) a fazer concessões a deputados e senadores na hora de administrar verbas.

O mesmo tipo de acordo multipartidário ocorre na Comunidade Europeia, onde os candidatos a sócios da nova moeda a vigorar a partir de 1999, o Euro, só entram se cumprirem metas limitadoras do déficit público. Isso ocorre num contexto onde lutam ferozmente pelo poder Democratas Cristãos e Social Democratas na Alemanha, Socialistas e Gaulistas franceses, Trabalhistas e Conservadores Britânicos — para citar apenas algumas das legendas que participam do vasto e heterogêneo quadro político-partidário da CEE.

Transporte esse cenário para o Brasil e

tem-se uma babel de legendas em que muitos representantes negociam seu voto por baixo. Há candidatos a governador que estão hoje usando o palanque das próximas eleições e o horário gratuito na TV e nas rádios para dizer que, se eleitos, vão declarar guerra fiscal com o objetivo de manter fábricas em seus territórios. Isso ocorre em São Paulo.

O que falta no Brasil para que a economia entre nos trilhos? Falta cobrar a linha da “mínima-moralia” no comportamento político partidário, pois as soluções não nascem de baixo para cima como quer o velho determinismo marxista. No mundo moderno as soluções nascem de raízes políticas em regimes abertos. O eleitor deveria ser chamado à responsabilidade para cobrar o desenho dessa linha de moralidade mínima e de defesa dos reais interesses nacionais aos que têm palanques. Estarão eles dispostos a encarar uma reforma Tributária e Fiscal imediatamente após as eleições? Que tipo de reforma estarão dispostos a apoiar numa base pluripartidária? Como formar poupança interna para reduzir a vulnerabilidade externa?

O eleitor europeu sabe que para aderir ao Euro tem que limitar seu déficit público a 3% do PIB. Nem comunistas, nem direitistas, fugiram a essa regra mesmo quando as taxas de desemprego atingem os níveis mais altos do pós-guerra em alguns países. Sabem também o tamanho do risco da excessiva dependência da poupança externa. O europeu contemporâneo sabe qual o espaço dos demagogos, porque é fácil demonstrar que onde houve rigor e competitividade a economia saiu-se melhor. Não por acaso a economia inglesa ostenta níveis de produtividade superiores, e taxas de desemprego menores que a de outros integrantes da CEE atrasados na reforma do estado.

É para esse nível que deve ser levado o debate da questão do déficit público. Se não houver essa linha de mínima-moralia é consenso, prevalecerão os oportunistas de todos os tipos. Estes pensam apenas em desestruturar o país para se eleger com a bandeira do caos, primariamente igualando até situações tão díspares quanto as da Venezuela e da Rússia ao que se passa ou pode passar-se aqui.